



DENISE PIRES DE CARVALHO FALA DE SEUS PLANOS NO MEC

Página 6



NÃO PASSARÃO

Na segunda-feira (9), após reunião com governadores e vice-governadores das 27 unidades federativas, e com os presidentes da Câmara, Arthur Lira, e do Senado, Veneziano Vital do Rego (em exercício), o presidente Lula saiu do Palácio do Planalto em caminhada até o Supremo Tribunal Federal, ladeado por ministros da Corte, para ver os estragos causados pelos bolsonaristas na sede do Poder Judiciário. A cena se tornou um símbolo da unidade dos Três Poderes contra os fascistas em sua tentativa frustrada de golpe de Estado. A reação da sociedade civil e análises de especialistas sobre as causas e consequências dos ataques contra a democracia são temas desta edição.

Páginas 3, 4 e 5

EDITORIAL

CAR@ COLEGA

DIRETORIA

Na quinta-feira (12), assim que Chico Buarque começou a dedilhar no violão os primeiros acordes de “Que tal um samba?” em seu show no Vivo Rio, a plateia que lotava a casa de espetáculos iniciou um coro que se incorporou à canção: “Sem anistia! Sem anistia!”. O mesmo grito foi a marca de um ato na Cinelândia na segunda-feira (9), mesmo dia em que se espalharam pelo país manifestações de protesto contra os ataques de bolsonaristas golpistas ao Palácio do Planalto, ao STF e ao Congresso Nacional em 8 de janeiro, em Brasília. A reação da sociedade civil à tentativa frustrada de golpe e a firme resposta dos Três Poderes contra os ataques à democracia são o principal tema desta edição.

Mostramos, na página 3, que o ato da Cinelândia reuniu várias organizações do campo democrático em repúdio aos ataques de Brasília. A AdUFRJ esteve presente, ao lado de outras entidades representativas da UFRJ, como o Sintufjr e o DCE Mário Prata. Nas páginas 4 e 5, cinco analistas avaliam as causas e as consequências do levante golpista. Para a professora Mayra Goulart, vice-presidente da AdUFRJ, é preciso extrair ensinamentos dos episódios de 8 de janeiro: “Para que não aconteçam outras tentativas golpistas no Brasil, é preciso que o sistema jurídico responsabilize com maior rigor os financiadores, organizadores e autoridades coniventes. Em paralelo, é preciso atuar junto à sociedade civil em processos pedagógicos que expliquem o que é democracia, o que é liberalismo, a importância das instituições e dos valores republicanos”.

O país parece ter emergido ainda mais forte depois dos ataques, como observa o cientista político Josué Medeiros, pro-

fessor do IFCS. “Em 1º de janeiro, tivemos a foto histórica da sociedade passando a faixa para o presidente Lula. No dia 9, há a segunda foto histórica do mandato, com o presidente caminhando até o STF. É uma foto que mostra a unidade nacional que isolou o bolsonarismo”, diz Josué. Essa foto de Lula descendo a rampa do Planalto em direção ao STF é a que estampa a capa desta edição.

Se de um lado o governo Lula se empenha em investigar os responsáveis pelos ataques à democracia, por outro avança na composição de suas equipes. E nomes da UFRJ vêm se destacando nas indicações. Na página 6 temos uma entrevista exclusiva com a professora Denise Pires de Carvalho, que está deixando a reitoria da UFRJ para assumir a Secretaria de Ensino Superior do MEC. Ela fala de seus planos na nova função, entre os quais o de reforçar a autonomia universitária, com o fim da lista tríplice. E trazemos também uma entrevista com o professor Carlos Frederico Leão Rocha, que assume a reitoria no lugar de Denise.

Recompor o orçamento das universidades é um dos desafios que a nova secretária de Ensino Superior do MEC vai enfrentar. Não será tarefa fácil. Nossa matéria da página 7 mostra que, na UFRJ, os recursos recebidos neste início de 2023 não foram suficientes para quitar o passivo de quase R\$ 90 milhões deixado pelo governo Bolsonaro. “Só avançamos para as despesas de 2023 quando quitarmos 2022”, explica o pró-reitor de Finanças em exercício, George Pereira.

Fecha esta edição, na página 8, uma bela homenagem aos professores e técnico-administrativos que completaram 50 anos de Serviço Público Federal, realizada no Salão Dourado do campus da Praia Vermelha, na quarta-feira (11). Quando eles ingressaram na universidade, o país vivia a ditadura militar. Tempos que, lutaremos todos, não voltarão jamais.

Boa leitura!

COMISSÃO DEFINE DATAS DA CONSULTA PARA A REITORIA

A Comissão Coordenadora da Pesquisa para a reitoria da UFRJ definiu as datas para a inscrição de chapas, campanha, debates e eleição deste ano. O grupo foi constituído pelo Conselho Universitário no final do ano passado. A inscrição de chapas acontece nos dias 14 e 15 de março. Na ocasião, deverão ser formalizados os candidatos à reitoria e vice-reitoria.

A pesquisa junto à comunidade universitária será realizada nos dias 11, 12 e 13 de abril, em primeiro turno, com resultado declarado no dia 14. Se necessário, o segundo turno da consulta está previsto para os dias 24, 25 e 26 de abril, com resultado declarado no dia 27 do mesmo mês.

A comissão também aprovou um calendário com seis debates entre as chapas que concorrerão à reitoria:

■ **21 de março**, às 12h, no auditório Roxinho do CCMN (Fundão)

■ **23 de março**, às 17h, no Salão Pedro Calmon do Palácio Universitário (Praia Vermelha)



■ **28 de março**, às 15h, no Auditório Cláudio Ulpiano (Centro Multidisciplinar de Macaé)

■ **30 de março**, às 10h, no Bloco A do campus Duque de Caxias

■ **4 de abril**, às 16h, no Salão Nobre da Faculdade Nacional de Direito (Centro)

■ **6 de abril**, às 16h, no Auditório Rodolpho Paulo Rocco (Quinhentão) do CCS (Fundão)

As datas ainda precisam ser aprovadas pelo Consuni, que volta a se reunir em 12 de fevereiro, após o recesso administrativo. (Silvana Sá)

CONVÊNIOS

Os professores filiados à AdUFRJ contam com um setor de convênios, que firma parcerias com empresas prestadoras de serviços em diferentes áreas (veja relação abaixo). A proposta é oferecer descontos em estabelecimentos como escolas, cursos, academias, clínicas estéticas e de saúde, entre outros. Para mais informações, os interessados podem entrar em contato com Meriane, no tel: (21) 99358-2477 ou pelo e-mail: meriane@adufjr.org.br.

RIO DE JANEIRO



IBEU



CLUB PET



MAPLE BEAR TIJUCA



MIT CUIDADORES



ACADEMIA TIJUCA FIT



MADONA CLINIC

Psicare PSICARE



FISIOTERAPIA RJ LTDA



CRECHE AMANHECENDO



CRECHE ESCOLA RECRIAR



CESTA CAMPONESA DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS



ROÇA URBANA ORGÂNICOS



JC LUZ CORRETORA



FLORA ENERGIA SUSTENTÁVEL



BAUKURS CENTRO DE ATIVIDADES CULTURAIS



MACAÉ ESCOLA ALFA



CLÍNICA ESTAÇÃO CORPORAL



HUMANA CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR



MAIS FITNESS ACADEMIA



CORPUS CENTRO DE QUALIDADE DE VIDA



INSPIRE ENERGIA SOLAR



KALUNGA PAPELARIA



DROGARIA RAIA



Brasil vai às ruas em repúdio aos ataques: ‘Sem anistia!’

> Grito por prisão e punição dos responsáveis pelos atos golpistas de 8 de janeiro ecoa por todo o país em manifestações da sociedade civil. No Rio, Cinelândia foi palco dos protestos na segunda (9)



IGOR VIEIRA
comunica@adufjr.org.br

“Sem anistia! Sem anistia!” O grito de indignação ecoou na Cinelândia lotada, repetidas vezes, um dia após os ataques terroristas bolsonaristas na Praça dos Três Poderes. Mas não só. Brasil afora, milhares de manifestantes cobraram a responsabilização de todos aqueles que, sem aceitar as regras da democracia, destruíram símbolos nacionais em busca de um golpe de Estado.

“O ato, com muita gente, é importante, assim como a presença de entidades como o Sintufjr, o DCE Mário Prata e outras organizações e movimentos sociais, para mostrar a capacidade de resposta e de organização da sociedade civil diante de acontecimentos como os de domingo”, disse a professora Mayra Goulart, vice-presidente da AdUFRJ. “Me preocupa muito que ainda existam, na sociedade, grupos favoráveis à intervenção militar. Hoje, passamos a mensagem da importância do jogo democrático e da alternância de poderes”.

O professor Ricardo Medronho, também diretor da AdUFRJ, reforçou: “Estão ocorrendo manifestações a favor da democracia no Brasil inteiro e em mais de 10 países. As ruas estão cheias, como aqui no Rio, mesmo com chuva”. Medronho defendeu a prisão dos envolvidos, “junto com quem os financiou e com os responsáveis por não proteger Brasília”.

“Sofremos uma violência, que foi uma tentativa de golpe, feita por vândalos bolsonaristas radicais. Foi um ato terrorista planejado, organizado e financiado”, afirmou a professora

Maria Paula Araújo, do Instituto de História da UFRJ. “É importante a UFRJ estar aqui, até porque nossa reitoria vai estar no Ministério da Educação. Com a instituição aqui, os alunos e professores, damos sustentação a um governo esclarecido”.

O professor João Paulo Sinner, do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), também refletiu sobre o papel do educador. “Temos um papel de destaque na promoção da democracia. Temos que passar os valores democráticos para os mais jovens. Somos formadores de opinião e de futuros profissionais”.

O deputado federal Reimont (PT-RJ) avaliou o ato de forma positiva. “A cidade do Rio de Janeiro, lotando a Cinelândia, dá uma resposta à invasão do domingo. Já temos uma resposta contundente do governo, do Congresso, do STF e das forças de segurança nacionais”.

Entre os cidadãos que transformaram a Cinelândia em um mar de guarda-chuvas, Michel Martins, professor de Geografia de escolas particulares, expressou sua indignação com os episódios do fim de semana. “Estamos aqui para defender a democracia contra a força desagregadora fascista. A invasão do domingo foi o último ato, até agora, de algo que estava sendo plantado desde as ocupações dos quartéis”.

REPÚDIO

Diversas entidades, movimentos sociais e universidades, como a própria UFRJ, repudiaram os atos em declarações e manifestos na mídia e nas redes. Entre elas, a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Sociedade Brasileira para o Progresso da

Ciência (SBPC), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a União Nacional dos Estudantes (UNE), e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). “A tentativa do candidato vencido nas eleições de outubro e de parte de seus apoiadores de desqualificar a voz do eleitorado brasileiro deve ser repudiada por todos nós. Apelamos a todos para que se manifestem em defesa da democracia, nas ruas, se possível, sem aceitar qualquer provocação dos inimigos do Estado de Direito”, diz a carta de repúdio da SBPC, em conjunto com mais de 80 entidades.



A ARTE SE MANIFESTA

■ Vestindo a camisa do Brasil e com um crânio de gado na cabeça, o artista visual João Maturato fazia uma performance ao se colocar atrás das grades que carregava a tiracolo. “É uma manifestação de indignação com tudo que aconteceu nesses quatro anos de barbárie e infelizmente, continua acontecendo. Eu sou apaixonado pelo meu país, e é um absurdo ver esses falsos patriotas se apropriando dos nossos símbolos nacionais, tão bonitos, para destruir o Brasil de verdade”.





MARCELO CAMARGO /AGÊNCIA BRASIL

Resposta rápida fortalece governo e acua golpistas

> Analistas da UFRJ avaliam as causas e os impactos dos ataques bolsonaristas de 8 de janeiro. Atuação conjunta do Executivo, Legislativo e Judiciário foi essencial para desmobilizar extremistas

ALEXANDRE MEDEIROS, FRANCISCO PROCÓPIO E SILVANA SÁ
comunica@adufrrj.org.br

O ato golpista do domingo tentou atingir o coração da democracia brasileira, mas não ficou sem resposta. Ao contrário, a atuação rápida e conjunta do Executivo, Legislativo e Judiciário no desmantelamento da ação e na busca pelos financiadores e orquestradores continua rendendo novas descobertas. A mais recente, a minuta do golpe, encontrada na casa do

ex-ministro da Justiça Anderson Torres, homem de confiança do ex-presidente Jair Bolsonaro. O documento previa a decretação de Estado de Defesa no Supremo Tribunal Federal — o que é inconstitucional — com o objetivo de invalidar a vitória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Torres chegou a afirmar que o documento era parte de arquivos que seriam destruídos. O ministro do STF, Alexandre de Moraes, determinou a prisão do ex-ministro, que está na Flórida com Bolsonaro desde 2 de janeiro. Caso ele não retorne ao Brasil até a próxima segunda-feira (16), o

ministro da Justiça, Flávio Dino, informou que pedirá a extradição do acusado.

Para compreender os desdobramentos da tentativa de golpe e da reação nacional e internacional em defesa da democracia, o Jornal da AdUFRJ buscou análises de cientistas políticos da UFRJ. Para Mayra Goulart, vice-presidente da AdUFRJ, as instituições brasileiras precisam assumir sua parcela de responsabilidade com o que aconteceu. “A trajetória de Jair Bolsonaro é marcada, desde sua origem, por uma franca adesão ao regime ditatorial e por um antagonismo

com a divisão de Poderes e com a Democracia Constitucional”, pontua. “Existiam mecanismos para que ele fosse responsabilizado por esses posicionamentos, como a quebra de decoro parlamentar, mas em nenhum momento esses processos foram à frente”, observa a professora do IFCS.

Paulo Baía, também professor do IFCS, destaca que o governo Lula se fortaleceu a partir de domingo. “Ganhou unidade e tratou a questão como deveria ser tratada, com a intervenção na área de Segurança Pública do Distrito Federal”, analisa. “Foi

muito importante não decretar a Garantia da Lei e da Ordem, que era tudo o que os militares queriam, pois eles entrariam como os pacificadores da situação”.

Fernanda Barros dos Santos, do NEPP-DH, reconhece que o país está dividido, mas observa que a democracia foi preservada. “Existe um Brasil dividido, mas ainda existe um Brasil democrático que quer a ordem, a garantia dos seus direitos e a garantia da governabilidade de quem foi eleito democraticamente”. Confira na página ao lado mais análises de especialistas.

CRONOLOGIA DA TENTATIVA DE GOLPE DE ESTADO

■ As falhas na proteção do Congresso Nacional, do Supremo Tribunal Federal e do Palácio do Planalto produziram duas respostas imediatas: uma intervenção federal na área de segurança do Distrito Federal, decretada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na noite do dia 8 e aprovada por unanimidade pela Câmara dos Deputados, e o afastamento do governador Ibaneis Rocha (MDB), por decisão do ministro Alexandre de Moraes. Desde o ano passado, as autoridades locais já recebiam alertas sobre possíveis mobilizações golpistas. Acompanhe a cronologia da tentativa de golpe.

2022

Logo após o resultado das eleições, com a vitória de Lula, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) enviou alertas às

autoridades do Distrito Federal sobre a mobilização massiva para o ato de cunho golpista de 8 de janeiro.

2 DE JANEIRO

O então Secretário Anderson Torres, ex-ministro de Bolsonaro, viaja aos Estados Unidos para encontrar o ex-chefe.

3 DE JANEIRO

Redes bolsonaristas intensificam a convocação de apoiadores do ex-presidente para tomar Brasília, orientando os próximos passos.

7 DE JANEIRO

■ Secretário em exercício não acompanha o ingresso de mais de cem ônibus no Distrito Federal.

■ Um dos líderes do acampa-

mento em frente ao QG do Exército inflama a multidão para o dia seguinte.

■ Plano inicial para fechar a Esplanada dos Ministérios é alterado pelo governo do DF. Ministro da Justiça, Flávio Dino questiona a medida, mas é ignorado.

■ Gabinete de Segurança Institucional da Presidência dispensa reforço, mantém apenas 36 homens na contenção aos golpistas e não equipa policiais com armamento para dispersão de massas.

8 DE JANEIRO

■ Ainda pela manhã, Abin informa novamente sobre intenção de invasão dos prédios públicos. Secretário em exercício minimiza relato e afirma que a “manifestação é pacífica”.

■ Depois de caminharem por mais de uma hora escoltados pela polícia, milhares de manifestantes ultrapassam o primeiro bloqueio e invadem a Esplanada dos Ministérios.

■ Diante da total falta de comando das forças de segurança, os terroristas passam por aproximadamente 20 policiais legislativos e ingressam no Congresso.

■ Com apoio de PMs, os bolsonaristas alcançam o plenário da Câmara.

■ Mesmo com o primeiro prédio invadido e ainda sem policiamento adequado, outro numeroso grupo consegue entrar no STF e inicia a destruição.

■ Palácio do Planalto é tomado e destruído pelos bolsonaristas.

também sem resistência policial. O presidente Lula afirma, ao ver as imagens de segurança, que as portas estavam abertas.

■ O presidente Lula assina decreto de intervenção na segurança do GDF

9 DE JANEIRO

■ Câmara aprova, por unanimidade, decreto de intervenção de Lula.

■ Lula se reúne com presidentes da Câmara e do Senado e com 27 governadores e vice-governadores das 27 unidades da federação. Na saída, caminha em comitiva do Planalto ao STF.

■ Ministro Alexandre de Moraes afasta o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, por 90 dias.



MAYRA GOULART
Cientista política e vice-presidente da AdUFRJ

■ É necessário que as instituições assumam sua parcela de responsabilidade na trajetória de Jair Bolsonaro, que é marcada, desde sua origem, por uma franca adesão ao regime ditatorial e um antagonismo com a divisão de Poderes e com a Democracia Constitucional. Existiam mecanismos para que ele fosse responsabilizado por esses posicionamentos, como a quebra de decoro parlamentar, mas em nenhum momento esses processos foram à frente. Houve pelo menos seis acionamentos à Comissão de Ética da Câmara, o primeiro deles em 1999, pelo então deputado Antônio Carlos Magalhães. Depois, na Presidência da República, Bolsonaro e seus ministros tiveram trajetórias marcadas por contestações a outros Poderes e ao sistema eleitoral, também não punidas pelas instituições. Em paralelo a isso, a proliferação de fake news e apoiadores que replicavam ataques às instituições também poderiam ter sido objeto de investigações e não foram. Há a criação de uma bolha de dissonância cognitiva com pessoas que vivem em uma realidade paralela, sendo alimentadas por mentiras, durante quatro anos, no mínimo. Isso gera uma consequência. Além das estratégias de financiamento que, por não terem sido refeitas, se tornaram muito ágeis. No entanto, me preocupa haver uma desmedida repressão na tentativa de tentar compensar uma eventual negligência anterior. Falo isso porque não considero que tenhamos que cair numa sanha punitivista desmesurada. Isso não é o que caracteriza a esquerda. O governo não pode se perder neste personagem punitivista. Não quer dizer que eu não ache que essas pessoas devam ser punidas, mas considero que a atenção do governo nesses cem primeiros importantes dias não pode ser drenada por esse episódio. A movimentação golpista criou uma janela de oportunidade para o governo Lula atrair franjas que se descolam do bolsonarismo que se desidrata progressivamente e se transforma num movimento ultraminoritário e ultrarradical.

Para que não aconteçam outras tentativas golpistas no Brasil, é preciso que o sistema jurídico responsabilize com maior rigor os financiadores, organizadores e autoridades coniventes. Em paralelo, é preciso atuar junto à sociedade civil em processos pedagógicos que expliquem o que é democracia, o que é liberalismo, a importância das instituições e dos valores republicanos.



PAULO BAÍA
Sociólogo e cientista político

■ Os episódios de 8 de janeiro mostram uma direita no Brasil com caráter insurrecional e revolucionário no sentido clássico do termo leninista que procura, por meio das massas, obstruir a cadeia de comando do governo e do poder. Tentaram fazer isso com a invasão do Congresso, do Supremo Tribunal Federal e do Palácio do Planalto, e queriam permanecer lá dentro. Não tiveram sucesso nisso, mas queriam essa permanência para que isso repercutisse em invasões a tribunais de Justiça nos estados, a palácios de governos estaduais e casas legislativas. Ao mesmo tempo também se planejaram as invasões de centros de distribuição de energia, de refinarias e locais estratégicos, como torres de energia. O caráter insurrecional da extrema-direita está típico nessas ações. Eles estão seguindo um passo a passo de manual marxista-leninista de insurreição e, creio, de maneira consciente. Com núcleos de comando, divisão de tarefas, financiamento. Mas com os episódios de domingo, o governo Lula ganhou unidade e tratou a questão como deveria ser tratada, com a intervenção na área de Segurança Pública do Distrito Federal e a criação de uma cadeia de investigação que não foca apenas no agitador profissional de rua, mas que chegue aos financiadores, aos planejadores, aos ideólogos desse processo. Foi muito importante não decretar a GLO (Garantia da Lei e da Ordem), que era tudo o que os militares queriam, pois eles entrariam como os pacificadores da situação. Com isso, o Poder Civil se afirmou, com o fortalecimento dos três Poderes, além de um pacto federativo que se mostra muito forte. Contudo, o bolsonarismo não acabou, está enraizado na sociedade brasileira. Ele passará a ter outro nome e alguns nomes passaram a disputar a herança do que foi o bolsonarismo, entre eles a Damares Alves, o Tarcísio de Freitas e o general Hamilton Mourão.



FERNANDA BARROS DOS SANTOS
Cientista política

■ A convocação de todos os governadores mostra uma perspectiva de unificação dos três Poderes. Este foi um ato muito importante, do ponto de vista simbólico, contra os atos golpistas. Do outro lado, há uma extrema-direita que não obedece aos três Poderes, que tem uma leitura fascista, extremamente totalitarista da realidade, que não adequa suas ações dentro dos quadros normativos, que trabalha com a ideia do terrorismo. Caso os atos antidemocráticos continuem acontecendo no longo prazo, pode haver uma espécie de fragilização das instituições democráticas. Então, essa resposta enérgica dos três Poderes é o mais importante neste momento. Há o fortalecimento da democracia, mas, em paralelo, ainda há processos frágeis. Não se trata de atos terroristas independentes. Existe um bastidor desse “subpoder” que está presente também no Legislativo, com alguns partidos, nas forças policiais e que tem convivência de alguns governadores. É preciso haver ações enérgicas voltadas a todos aqueles que fizeram parte desse processo. A principal ideia desses bolsonaristas é criar um caos social para que seja necessário o acionamento de uma força maior. No entanto, o movimento se viu isolado também internacionalmente. As principais potências mundiais se manifestaram contra os ataques. Começa a ser desenhado um cenário de que a derrubada de um governo eleito democraticamente traria consequências econômicas que não seriam positivas para nenhum dos grupos. Também em oposição ao ato terrorista, a resposta das ruas foi fundamental. Os movimentos sociais no Brasil têm um histórico de participação contínua na nossa sociedade, principalmente em momentos mais decisivos da história. O bastião da Constituição de 1988 está sendo revitalizado pelo atual governo, pelos movimentos sociais e por parte da sociedade civil. Eu gostaria de pontuar também o papel das universidades nessa resistência. Isso de fato é a democracia. Existe um Brasil dividido, mas ainda existe um Brasil democrático que quer a ordem, a garantia dos seus direitos e a garantia da governabilidade de quem foi eleito democraticamente.



JOSUÉ MEDEIROS
Cientista político

■ Acredito que o saldo foi positivo para democracia e para o governo Lula, porque a sociedade se manifestou de modo majoritário contra a tentativa de golpe. Ao mesmo tempo, a resposta das instituições, com a unidade nacional entre Executivo, Legislativo, Judiciário, partidos políticos, governadores, prefeitos, imprensa, empresário, movimentos sociais também fortalece o governo. Há uma frente ampla em defesa da democracia que se mobilizou contra os golpistas. Em 1º de janeiro, tivemos a foto histórica da sociedade passando a faixa para o presidente Lula. No dia 9, há a segunda foto histórica do mandato, com o presidente caminhando até o STF. É uma foto que mostra a unidade nacional que isolou o bolsonarismo. Por exemplo, havia no horizonte uma eleição para a presidência do Senado complicada porque o PL, que é o partido do ex-presidente Bolsonaro, tinha um candidato, Rogério Marinho, contra o atual presidente da casa (Rodrigo Pacheco). Marinho é um senador bolsonarista e essa candidatura perdeu muita força depois de domingo. Este é um exemplo de conflito no Legislativo em que o bolsonarismo perde a capacidade de fazer oposição porque está sem legitimidade. Eu acredito, inclusive, que uma CPI sobre os atos antidemocráticos tende a fortalecer mais a frente ampla a base do governo no Legislativo. Considero a votação unânime que aprovou o decreto de intervenção do presidente Lula na segurança do Distrito Federal um marco histórico. O PL fez 99 deputados. A gente tem destaque bancada é bolsonarista. Sem dúvida, foi histórico que este bolsonarismo não tenha conseguido levantar a voz contra a intervenção. No Senado, houve oposição com oito senadores contrários. Dentro do governo, acredito que o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, sai enfraquecido, mas tendo a achar que o presidente Lula vai mantê-lo no cargo. É preciso ver o trabalho dele na relação com as Forças Armadas. A extrema-direita no Brasil pode enfraquecer se a CPI avançar sobre os parlamentares desse campo e sobre Bolsonaro. Vejo uma disposição das instituições para responsabilizar quem financiou, estimulou e liderou aquela tentativa de golpe. É preciso que a sociedade continue pressionando.



THAIS AGUIAR
Cientista política

■ É muito alarmante o que aconteceu no domingo. Não se esperava que aquelas pessoas chegassem com tanta facilidade ao coração do poder. O episódio mostra mais do que omissão e leniência. Mostra uma aliança com as forças de segurança, especialmente Polícia Militar e Exército. A Guarda Palaciana não atuou. Isso mostra a vulnerabilidade do atual governo e o tamanho da tarefa junto às polícias e aos militares. A opção pelo ministro da Defesa José Múcio Monteiro aponta para um movimento de conciliação. É um campo problemático para o PT desde o governo Dilma, que quis atualizar os currículos militares e deu força às Comissões da Verdade, mas se intensificou com o bolsonarismo. Se, por um lado, é preciso manter o diálogo, por outro, é preciso provocar mudanças no militarismo, mas uma ação muito contundente pode gerar insubordinação, já que as tropas, principalmente, foram politizadas com discursos de extrema-direita. Há sinais de que isso pode acontecer. Na ocasião da posse do ministro Bruno Dantas como presidente do TCU, o Gabinete de Segurança Institucional se retirou da cerimônia porque o general Hamilton Mourão não estava lá. É um pequeno episódio que demonstra a força dessa insubordinação. Queriam romper com a ordem constitucional e o governo foi hábil em não cair na armadilha de decretar a Garantia da Lei e da Ordem. Agora, é preciso agir no rigor da lei, mas não ultrapassar limites, já que a motivação política foi retirada da lei antiterrorismo, por exemplo. Em paralelo, é preciso pensar no que fazer para que isso não volte a acontecer. O episódio golpista do domingo não tem paralelo em nossa história recente. As forças progressistas e pesquisadores ainda não entenderam como a extrema-direita atua hoje. É preciso conhecer a fundo a racionalidade por trás do uso das redes sociais que transformam uma pessoa comum num militante radical. Se a extrema-direita se alastrar mais, perderemos não só a democracia, mas valores civilizatórios.

ENTREVISTA | DENISE PIRES DE CARVALHO – SECRETÁRIA DE ENSINO SUPERIOR DO MEC

‘ESPERO PODER CONTRIBUIR COM A RECONSTRUÇÃO DO PAÍS E DO ENSINO SUPERIOR’

SILVANA SÁ
silvana@adufjrj.org.br

Primeira reitora da UFRJ em cem anos, a médica Denise Pires de Carvalho conseguiu outra marca importante: é a primeira professora da universidade a assumir o cargo de secretária de Ensino Superior do Ministério da Educação. A UFRJ já havia ocupado o posto outras duas vezes, com dois professores da Coppe: Antonio MacDowell de Figueiredo, entre 2000 e 2001, e Nelson Maculan, de 2004 a 2006. “Isso mostra o quanto a UFRJ é forte”, resume a docente. A UFRJ tem outros dois nomes de suas fileiras em cargos importantes do governo Lula: a professora Esther Dweck, do Instituto de Economia, assumiu o Ministério da Gestão, e o professor Marco Lucchesi, da Faculdade de Letras, vai dirigir a Biblioteca Nacional. Nesta entrevista, Denise conta os bastidores de sua escolha, detalha planos para o futuro e afirma que pretende replicar na secretaria boas experiências de sua gestão na UFRJ e inspirar outras instituições de ensino. A garantia de orçamento justo para as universidades federais e a autonomia das instituições estão entre suas prioridades.

● **Jornal da Adufjrj – A senhora esperava pelo convite para a SESu? Havia conversas prévias?**

■ **Denise Pires de Carvalho** – Foi uma surpresa completa. Na terça-feira (3) à tarde, um interlocutor me ligou do gabinete do ministro pedindo indicações de nomes que pudessem ocupar o posto. Passei nomes de ex-reitores de universidades, incluindo ex-presidentes da Andifes e reitores eleitos, mas não empossados no último governo. Minha preocupação era que a pessoa escolhida tivesse força política em sua universidade, representatividade e reconhecimento da comunidade acadêmica. No dia seguinte, recebi uma nova ligação dizendo que o ministro agradecia pelas indicações, mas queria que fosse eu a secretária

e que ele próprio me ligaria. O telefonema do ministro, confirmando o convite, só aconteceu na quinta à tarde (5).

● **E como foi sua reação?**

■ Eu quase caí da cadeira! Fiquei lisonjeada, mas disse que precisaria falar com o Fred (Carlos Frederico Leão Rocha, vice-reitor da UFRJ) e com meu marido, antes de aceitar o convite. Ambos me disseram que apoiariam qualquer decisão.

● **O que pesou para o sim?**

■ Eu estava em final de mandato, em processo de transição para um possível segundo mandato. Então, que seja uma transição para uma próxima reitoria. Outro ponto é que este é um governo ao qual eu sou completamente afinada, e o ministro

Camilo Santana é alguém em quem tenho confiança porque conheço seu trabalho.

● **Como se sente para comandar as políticas para as universidades brasileiras?**

■ Ainda não caiu a ficha. É, sem dúvidas, um desafio enorme, mas acho que a UFRJ me ensinou muito nesses três anos e meio. Espero poder contribuir com a reconstrução do país e do ensino superior com o presidente Lula e com o ministro Camilo.

● **E os principais desafios?**

■ O ensino superior tem muitos gargalos. A questão orçamentária é o mais óbvio deles mas, além disso, a SESu precisa liderar conversas sobre a autonomia das instituições. Preciso que parlamentares me ajudem a encaminhar projetos de lei para acabar com a lista tríplice para reitor que, a meu ver, enfraquece a autonomia universitária. Em relação ainda a este tema, é preciso ter mecanismos que garantam a autonomia da gestão financeira. Um orçamento, por exemplo, que não possa ser cortado depois de aprovado. Vamos ter que trabalhar na construção de mecanismos para que essa autonomia de gestão seja, de fato, executada. Para isso, é preciso fortalecer a interação com as universidades, com a Andifes (associação de reitores). Precisamos ampliar a assistência estudantil, ter programas voltados para reduzir a

ENTREVISTA | CARLOS FREDERICO LEÃO ROCHA – REITOR DA UFRJ

NOVO REITOR LISTA DESAFIOS PARA OS PRÓXIMOS MESES

A ida da professora Denise Pires de Carvalho para o MEC fez do professor Carlos Frederico Leão Rocha o novo reitor da UFRJ. Quem deve assumir a vice-reitoria é a atual pró-reitora de Pós-Graduação e Pesquisa, professora Denise Freire. Leão Rocha também confirmou à reportagem que é candidato ao cargo máximo da UFRJ nas eleições deste ano. “Estou numa posição para ser o candidato. Passei quatro anos aqui, tive oportunidade de conhecer profundamente a UFRJ”.

● **Jornal da Adufjrj – Como soube que seria reitor em definitivo, e não mais em exercício, da universidade?**

■ **Carlos Frederico Leão Rocha** – Denise me consultou, fui a primeira pessoa a saber do convite. Estávamos na entrada de uma reunião sobre a eleição deste ano. Nós, internamente, estávamos decididos que repetiríamos a chapa: Denise, como reitora para o segundo mandato, e eu, como vice-reitor. Então Denise me diz que havia acabado de receber a ligação de Brasília. Decidimos que aceitar o convite seria o melhor para a UFRJ. É fruto de um sucesso da universidade, mais do que

da nossa gestão, e eu fico muito feliz por isso.

● **O senhor assume o final do mandato, que vai até julho. Quais as prioridades?**

■ Temos uma agenda com dois importantes pontos: o Programa de Gestão e o Plano Diretor. Queremos discutir esses dois temas a partir de agora. A mudança orçamentária é um terceiro importante ponto. Estamos na expectativa de uma recomposição, em termos reais, referente ao orçamento de 2019, a partir do que foi destinado ao MEC. Entrando esse dinheiro, a assistência estudantil será um foco.

FOTOS: FERNANDO SOUZA



● **A UFRJ sai fortalecida com essa mudança?**

■ Esse governo é muito mais simpático à UFRJ e agora temos a Denise na coordenação geral das universidades. Teremos como retomar nossa relação com o governo federal. Agora ficamos numa posição muito mais confortável.

● **O que muda para o senhor ao assumir a reitoria em definitivo?**

■ A responsabilidade cresce. Também tenho um sentimento melancólico, em certa medida, porque perdi a minha principal parceira



retenção e a evasão no ensino superior. São muitos desafios.

● **O ministro Camilo Santana falou em algumas ocasiões que a educação básica é a prioridade. Como ficará o ensino superior nesse cenário?**

■ Acho que este é um encaminhamento correto. O Brasil não pode mais ter analfabetos. A alfabetização na idade certa é fundamental e repercute, inclusive, no ensino superior. Eu concordo completamente com essa política. Não há conflito entre as áreas. O que há é muita colaboração para fortalecermos todo o sistema educacional brasileiro.

● **A senhora pensa em desenvolver novos projetos na secretaria?**

■ Penso em algumas coisas. Um deles seria um programa de transição energética nas universidades com o objetivo de reduzir a conta de luz nas instituições. Gostaria de ter dinheiro para liderar esse programa. A

ideia seria construir fazendas de energia solar, por exemplo. Outro projeto é integrar os parques tecnológicos das universidades por todo o país. A área de inovação da SESu dialoga com esses parques? Não vemos esse trabalho ser feito. Pretendo discutir, também, um novo Plano Nacional de Educação, um novo Plano Nacional de Extensão. A gente não tem um ranking no MEC para medir as universidades. Será que somos o que dizem os rankings internacionais?

● **Pretende criar esse ranking nacional?**

■ Por que não? Ele poderia ser até mesmo um ranking da América Latina. Só não criarei se o ministro não concordar. São projetos, pensamentos, ideias que ainda serão levados ao ministro. Eu sou um quadro para tocar um projeto de educação que é essencialmente deles.

● **Há experiências da sua gestão que deseja replicar no MEC?**

■ Na minha gestão fizemos o PDI, os relatórios de gestão, conseguimos obter o selo ODS (que reconhece alinhamento da instituição aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável). Só três universidades do país têm este selo, criado pela Universidade de Brasília. Precisamos criar políticas para que as universidades estejam mais integradas em ações bem-sucedidas nas instituições.

● **O orçamento é um problema real e o teto de gastos impõe limitações para todas as áreas, inclusive para a educação. A senhora acredita que haverá espaço para esses projetos?**

■ Estou contando com isso, que há espaço não só para reconstruir, mas para criar novas possibilidades

universidade.

● **Já há o nome de quem lhe acompanhará como vice na chapa?**

■ Eu me coloco à disposição para ser o candidato a reitor, mas ainda é muito cedo para ter uma chapa. É preciso muitas conversas para que esta disposição se efetive.

● **Que plataforma o senhor defenderá, caso se confirme como candidato?**

■ Meu objetivo é unificar mais a universidade. Não só em relação às forças políticas que compõem o nosso grupo, mas também com nossa oposição. A movimentação de domingo, em Brasília, nos dá um alerta: a união da esquerda é muito importante. Vivemos um momento político que nos abre uma janela de oportunidade. Precisamos afinar as conversas nos três segmentos para termos um direcionamento mais claro diante do governo. (Silvana Sá)

ANO NOVO, DÍVIDAS ANTIGAS

> Parcela recebida pela UFRJ em 2023 é insuficiente para quitar passivo da ordem de R\$ 90 milhões

KELVIN MELO
kelvin@adufjrj.org.br

O ano pode ser novo, mas a UFRJ ainda está em 2022 quando se fala em orçamento. Os recursos recebidos neste início de 2023 não foram suficientes para quitar o passivo de quase R\$ 90 milhões deixado pelo governo Bolsonaro.

“Começamos a empenhar as dívidas do ano passado a partir das mais antigas. Não há prioridade. Seguimos a ordem cronológica, como diz a legislação. Só avançamos para as despesas de 2023 quando quitarmos 2022”, explica o pró-reitor de Finanças em exercício, George Pereira.

Até a lei que fixa as receitas e despesas da União ser sancionada pelo presidente Lula — o que deve ocorrer na próxima semana —, a universidade só tem direito a um doze avos do custeio previsto pela gestão anterior (R\$ 253,1 milhões). No caso, R\$ 21 milhões.

O drama só não é maior, porque, no fim do ano passado, uma lei votada no Congresso liberou recursos para o pagamento dos funcionários extraquadros das unidades de saúde da UFRJ. Caso contrário, a dívida estaria beirando os R\$ 100 milhões.

Por outro lado, acabou o “alívio” da moratória acordada com as concessionárias de energia e água. Durante boa parte do segundo semestre do ano passado, em um esforço para manter as portas abertas, a universidade não pagou as faturas da Light e Águas do Rio, preservou o fornecimento e redirecionou os recursos para outras despesas. Agora, as contas de agosto das empresas estão em primeiro lugar na “fila” de pagamentos. “As mais antigas eram essas”, informa George.

No texto que será apreciado pelo presidente Lula, o Congresso reduziu o orçamento da UFRJ de R\$ 321,1 milhões para R\$ 313,6 milhões. O corte retira pouco mais de R\$ 230 mil de investimento e o resto,

em custeio. Mas a pró-reitoria de Finanças prefere aguardar a sanção presidencial para analisar os números definitivos. “O que está no sistema é o valor da PLOA (a proposta do governo Bolsonaro). O um doze avos que recebemos é só da parte de custeio, em cima dos R\$ 321 milhões”, diz George.

EXPECTATIVA POR DIAS MELHORES

O passivo de 2022, da ordem de R\$ 90 milhões, é estimado. As faturas de dezembro ainda não foram fechadas, acrescenta a pró-reitoria de Governança (PR-6). Apesar das dificuldades, a universidade tenta equilibrar as contas no início de 2023.

A PR-6 informa que conseguiu fazer os pagamentos de parte dos contratos esta semana, após empenhos realizados no dia 30 de dezembro, com receitas próprias da universidade.

Com a liberação de um doze

avos do orçamento de 2023, a administração superior deve acertar mais algumas faturas nos próximos dias. “Entretanto, para o efetivo pagamento ainda dependemos de repasse financeiro pelo Ministério da Educação, que temos expectativa de que ocorra na próxima semana, na virada da quinzena”, informa o pró-reitor em exercício, Rodrigo Gama.

O dirigente tem expectativa de aumento nas receitas da UFRJ. “Considerando que no texto-base aprovado pelo Congresso Nacional foi incluído o valor de R\$ 1,75 bilhão no orçamento do Ministério da Educação destinado à recomposição do orçamento das Instituições Federais de Ensino Superior, temos a expectativa de que, na publicação da LOA 2023,

ou mesmo ao longo do exercício, haja uma recomposição do orçamento da UFRJ”, afirma Rodrigo Gama. “Dependendo do valor, ajudará a amenizar o déficit ou mesmo colocar as contas da UFRJ em dia”.

São também os votos de Waldinêa Nascimento, diretora da Associação de Trabalhadores Terceirizados (ATTUFRJ). A dirigente ouviu muitas reclamações dos colegas contra as empresas, de dezembro para cá. “Foi muito difícil. Vimos gente chorando, desesperada”, diz.

“Espero que o quadro possa melhorar este ano”. A representante da entidade confirmou os pagamentos aos trabalhadores em várias firmas que estavam atrasando os salários, com exceção da De Sá, da área de limpeza.

SITUAÇÃO DOS CONTRATOS E SERVIÇOS NA UNIVERSIDADE

LIMPEZA E SEGURANÇA:

Parte dos pagamentos foi feita esta semana. Reitoria aguarda repasse financeiro do governo para realizar novos pagamentos na próxima semana. Contratos de limpeza com a firma De Sá, que tem sido foco de insatisfação dos terceirizados, foram substituídos no CCMN, Ladetec e Praia Vermelha. “Todas as intercorrências registradas pela fiscalização local estão sendo analisadas por meio de processo administrativo de inexecução contratual. O pagamento de eventuais faturas em aberto está condicionado à regularização das pendências com os trabalhadores”, diz a pró-reitoria de Governança.

TRANSPORTE:

O serviço de transporte na Cidade Universitária está garantido. A empresa Real Brasil, que já operava no ano passado, vai continuar. “Portanto, não haverá redução na frota. Como usual, a oferta diminui durante o período de férias letivas, porém será retomada em sua totalidade com o retorno das atividades presenciais do período letivo”, relata a pró-rei-



toria. Por enquanto, o intervalo entre as viagens é de 20 minutos; com a volta das aulas, cairá para oito minutos. “Temos uma van da prefeitura complementando o transporte para o Parque Tecnológico”, acrescenta o prefeito Marcos Maldonado. O contrato do campus Macaé, recente, segue normalmente.

BANDEJÕES:

A universidade informa estar com os pagamentos em dia com os contratos relativos ao sistema de bandejões. “Da mesma forma, os funcionários já receberam seus pagamentos e as empresas apresentaram comprovantes de regularidade e pagamento das

obrigações trabalhistas”, diz a PR-6. Por conta dos recessos de Natal e acadêmico, houve uma redução no quantitativo de refeições servidas: de 8 mil/dia para 2 mil/dia.

PODA, CAPINA E ROÇADO

O prefeito universitário informa que uma licitação está sendo preparada para melhorar o serviço.

PATRULHAMENTO

Com apoio do 17º BPM, o prefeito observa que foi intensificado o patrulhamento dentro da Cidade Universitária. Mais ações não podem ser divulgadas por questões estratégicas de segurança.

UNIVERSIDADE REPUBLICA EDITAL PARA LICITAÇÃO DO “NOVO CANECÃO”

A UFRJ republicou no dia 5 o edital de licitação para a concessão do equipamento cultural multiuso no campus Praia Vermelha. A etapa de entrega de propostas, a abertura dos envelopes e a fase de lances estão marcadas para 2 de fevereiro, no Centro de Convenções do Ventura Corporate Towers (Avenida República do Chile, 330, Centro). Não houve interessados na primeira tentativa, em dezembro. Para atrair potenciais licitantes, o novo edital reduz algumas exigências, como o valor para comprovação do patrimônio líquido e o capital social mínimo da concessionária.





MUITO OBRIGADO!

KELVIN MELO
kelvin@adufrj.org.br

O Salão Dourado, no campus da Praia Vermelha, sediou no dia 11 uma emocionante homenagem aos professores e técnicos-administrativos que completaram 50 anos de serviço público federal. Quando eles ingressaram na universidade, o país vivia a ditadura militar. O ministro da Educação era Jarbas Passarinho e o reitor da instituição, Djacir Menezes. O seletor grupo testemunhou a transformação do país e da maior federal do Brasil.

“Essa homenagem vem com muito orgulho de dever cumprido. E, sem nenhuma modéstia, eu cresci e fiz crescer esta universidade. Eu e todos estes homenageados. Nós somos uma amostra da força que move a universidade”, disse a professora Déia Maria Ferreira dos Santos, do Instituto de Biologia, com a experiência de 53 anos de serviço público, 45 deles dedicados à

UFRJ. “Não tenho a menor dúvida de que esta UFRJ de 2023 é uma universidade pública, gratuita, de qualidade, inclusiva e democrática no acesso. Eu sou de uma época em que 90% do curso de Ciências Biológicas era de classe média branca. Hoje, mudou significativamente o perfil dos nossos alunos. É mais inclusiva e em nada mudou sua qualidade acadêmica”.

Um dos fundadores da AdUFRJ, integrante do primeiro Conselho de Representantes da entidade e da diretoria do biênio 1981/1983, o professor Ricardo Chaloub (Instituto de Química) fez coro com a colega. “Posso dizer que, durante esses 50 anos, vi uma modificação muito grande da universidade, no sentido da inclusão”. Mesmo aposentado em abril do ano passado, Chaloub acompanhou a defesa do último aluno de mestrado que estava orientando na véspera da homenagem. “Orientei o projeto de TCC (trabalho de conclusão de curso) dele também. Quando estava se formando, o pai dele disse que era a primeira pessoa da família

a frequentar e a se formar na universidade. A UFRJ mudou muito. Para muito melhor”.

A aposentadoria não parece ser mesmo capaz de romper os laços dos servidores com a instituição. A professora Celuta Sales Alviano, do Instituto de Microbiologia, que ingressou como auxiliar de ensino em 1972, é um exemplo. “Eu resolvi pedir à universidade, ano passado, para continuar como colaboradora voluntária. Eu não parei”.

Quem também pretende continuar é o professor Luiz Fernando D’Avila, da Escola de Química. “Sou UFRJ até a tampa. Eu me formei aqui, na Praia Vermelha ainda. Fui contratado em 1972. Tenho três filhos, todos formados na UFRJ”, disse. “O professor universitário é uma carreira com um privilégio que nenhuma outra tem: a cada semestre você recebe um conjunto de pessoas da faixa de 18 a 20 anos. É um processo de contato muito edificante. A gente absorve parte dessa dinâmica, das expectativas da juventude”.

Já o secretário-geral do Consuni e uma das figuras mais

queridas da UFRJ, Ivan da Silva Hidalgo está na universidade desde junho de 1971. A partir de 1997, assumiu a função que desempenha até hoje, trabalhando com reitores dos mais variados matizes ideológicos. “Gosto de participar. É o centro democrático da universidade. Nunca tomei partido de interesses individuais. Sempre agi no interesse da UFRJ”. O técnico-administrativo, que completou 71 anos esta semana, pretende atuar até a aposentadoria compulsória, aos 75.

ESTABILIDADE

A dedicação ao trabalho, sem atender a caprichos individuais ou de governos de ocasião, ganhou destaque na homenagem do professor Carlos Frederico Leão Rocha, vice-reitor da UFRJ. “Quando eu falo do funcionário público, eu falo da importância que eles têm na estabilidade do serviço público. Por isso, devem ser estáveis”, afirmou. “Todos vocês deram essa contribuição: conseguiram levar uma instituição ao longo do tempo. E, em tempos difíceis,

é central o funcionário público”, completou.

Muito emocionada, a reitora Denise Pires de Carvalho iniciou a cerimônia, mas precisou sair para uma reunião no MEC. Talvez tenha sido sua última atividade pública como dirigente da UFRJ, antes de assumir a Secretaria de Educação Superior (SESu) (leia mais na página 6). “São pessoas que dedicaram uma vida a essa instituição. Parabéns a cada um de vocês que completou 50 anos como servidor público”, afirmou. “O nosso capital mais importante é o capital humano e é esse que nós estamos homenageando hoje”, concluiu.

O pró-reitor de Pessoal, professor Alexandre Brasil, agradeceu o empenho dos 15 servidores. “É um prazer enorme poder organizar essa cerimônia. Eu queria dizer obrigado em nome da Universidade Federal do Rio de Janeiro pelo tempo que vocês dedicaram, pelo trabalho que vocês fizeram e ainda fazem por essa universidade, pelo serviço público e, acima de tudo, pelo Brasil”, afirmou.



ADILMO MOTA DE ANDRADE Carpinteiro do CCS



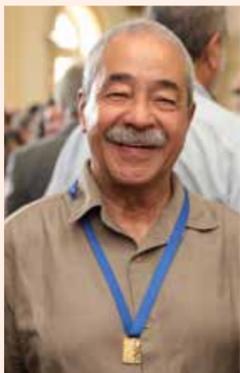
CELUTA SALES ALVIANO Docente do Instituto de Microbiologia



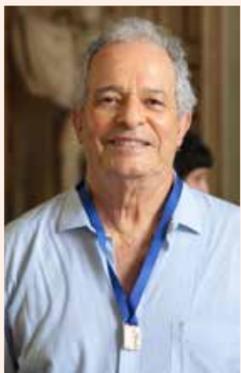
DÉIA MARIA FERREIRA Docente do Instituto de Biologia



IVAN DA SILVA HIDALGO Secretário-Geral do Conselho Universitário



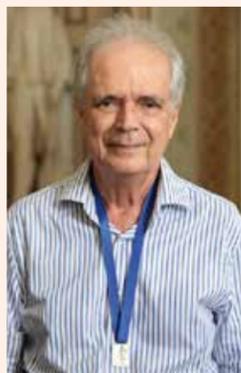
LAÉRCIO DE NONNO FILHO Arquivista da Escola de Comunicação



LUIZ ANTONIO D'AVILA Docente da Escola de Química



PAULO MARTINS SCARDINO Aux. em Administração da FM



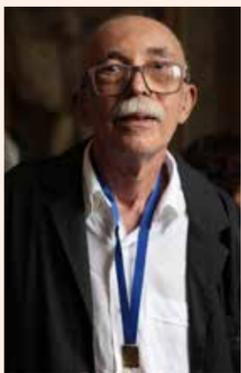
PAULO PINTO DA ROCHA Farmacêutico do HUCFF



PEDRO MANOEL DA SILVEIRA Analista de TI do NCE



RICARDO MOREIRA CHALOUB Docente do Instituto de Química



ROMILDO MARIANO Assistente em Administração da FAU



RONALDO FERREIRA Técnico em TI da pró-reitoria de Planejamento



SEBASTIÃO “PELÉ” VICENTE Recepcionista da Faculdade de Letras

■ Os técnicos-administrativos Júlio Santos de Oliveira (PR-4) e Luiz Carlos Vieira (Museu Nacional) não puderam comparecer ao evento.